

# DECRETO Nº 8.868 DE 05 DE JANEIRO DE 2004

(Publicado no Diário Oficial de 06/01/2004)

**Procede à Alteração nº 50 ao Regulamento do ICMS, e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições,

## **DECRETA**

**Art. 1º** As disposições do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997, abaixo indicadas, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**I** - a alínea “e” do inciso II do art. 51:

*“e) óleo diesel, gasolina e álcool;”;*

**II** - o § 4º do art. 384-A, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2004:

*“§ 4º Na mensuração da receita bruta anual ajustada, para fins de cotejo com os limites de que cuida este artigo, se a empresa mantiver mais de um estabelecimento ou tenha titular ou sócio participando do capital social de outra ou outras empresas inscritas em Cadastros de Contribuintes do ICMS, levar-se-á em conta a receita bruta global ajustada de todos eles, não importando se do mesmo ou de diversos ramos de atividades econômicas.”;*

**III** - o “caput” do art. 386-A, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2004:

*“Art. 386-A. A microempresa pagará mensalmente o imposto correspondente aos seguintes valores fixos, a serem determinados em função da receita bruta ajustada do ano anterior, nos termos do art. 384-A, e sem prejuízo da aplicação das disposições relativas à antecipação ou substituição tributária, sendo esta:*

*I - inferior ou igual a R\$ 100.000,00 (cem mil reais): dispensado o pagamento;*

*II - acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e até R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais): R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais);*

*III - acima de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) e até R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais): R\$ 120,00 (cento e*

*vinte reais);*

*IV - acima de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) e até R\$205.000,00 (duzentos e cinco mil reais): R\$ 190,00 (cento e noventa reais);*

*V - acima de R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais) e até R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais): R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais).”;*

**IV - a parte inicial do “caput” do art. 387-A:**

*“Art. 387-A. O ICMS devido pela empresa de pequeno porte será apurado, mensalmente, mediante a aplicação de percentuais específicos sobre a receita bruta mensal, observadas as deduções previstas no inciso II do §1º do art. 384-A, devendo esses percentuais serem determinados em função da receita bruta global ajustada acumulada da empresa desde o início do ano, se for o caso, até o mês de referência, sendo que, caso a empresa tenha titular ou sócio participando do capital social de outra ou outras empresas de mesma condição cadastral, o percentual será determinado em função da receita bruta global ajustada acumulada de todos eles, conforme a seguir:”;*

**V - o inciso II do parágrafo único do art. 387-A, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2004:**

*“II - para efeito de pagamento mensal do imposto, o valor mínimo a ser recolhido pela empresa de pequeno porte não poderá ser inferior ao valor fixado para as microempresas, cuja receita bruta ajustada esteja entre os limites indicados no inciso V do artigo 386-A, independentemente da receita bruta apurada em cada mês;”;*

**VI - o inciso XI do art. 915:**

*“XI - 1% (um por cento) do valor comercial da mercadoria não tributável ou cujo imposto já tenha sido pago por antecipação, entrada no estabelecimento sem o devido registro na escrita fiscal;”.*

**Art. 2º** Ficam acrescentadas ao Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997, as seguintes disposições:

**I - o inciso XXII ao art. 87:**

*“XXII - nas operações internas com álcool não destinado ao uso automotivo, calculando-se a redução em 37% (trinta e sete por*

*cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a um percentual efetivo de 17% (dezessete por cento), condicionando-se o benefício à celebração de termo de acordo específico, a ser firmado entre o contribuinte interessado e a Secretaria da Fazenda, através do Diretoria de Administração Tributária da região do domicílio fiscal do contribuinte, no qual serão determinadas as condições e procedimentos aplicáveis;”;*

**II** - o item 33 ao inciso II do art. 353:

*“33 - álcool, exceto para fins carburantes.”;*

**III** - a alínea “I” ao inciso II do “caput” do art. 399-A:

*“I) a empresa que possua como sócio outra pessoa jurídica.”.*

**IV** - a alínea “d” ao inciso I do art. 686:

*“d) Nota Fiscal do Produtor, modelo 4;”;*

**V** - a alínea “d” ao inciso IV do art. 686:

*“d) Nota fiscal de venda a consumidor.”;*

**Art. 3º** Fica acrescentado o art.1º-A. ao Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2004:

*“Art. 1º-A. Nas operações efetuadas por estabelecimentos que exerçam a atividade de captação, tratamento e distribuição de água, fica concedido crédito presumido de 100% (cem por cento) do saldo devedor em cada período de apuração do imposto.”.*

**Art. 4º** Passa a vigorar com a redação a seguir, o § 2º do art. 8º do Decreto nº 902, de 30 de dezembro de 1991:

*“§ 2º Aplicar-se-ão as alíquotas previstas para automóveis e utilitários, na hipótese de caminhão com capacidade de carga inferior a 2.000 kg, de acordo com o tipo de combustível utilizado.”.*

**Art. 5º** Passa a vigorar com a redação a seguir, o inciso II do art. 2º do Regulamento do DESENVOLVE, aprovado pelo Decreto nº 8.205, de 03 de abril de 2002.

*“II - às operações internas referentes ao fornecimento de insumos “in natura” de origem agropecuária e extrativa mineral, indicados em Resolução do Conselho do Programa, a contribuintes habilitados ao DESENVOLVE, para o momento da*

*saída subsequente dos produtos resultantes da industrialização.”.*

**Art. 6º** Fica acrescentado o § 6º ao art. 3º do Regulamento do DESENVOLVE, aprovado pelo Decreto nº 8.205, de 03 de abril de 2002.

*“§ 6º Para efeito de cálculo do valor a ser incentivado com a dilação do prazo de pagamento, deverá ser excluída a parcela do imposto resultante da adição de dois pontos percentuais às alíquotas do ICMS, prevista no art. 16-A da lei nº 7.014/96 para constituir o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.”.*

**Art. 7º** No inciso II do art. 1º do Decreto nº 8.853, de 23 de dezembro de 2003, que introduziu a Alteração nº 49 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997, onde consta a expressão “a) 40% (trinta por cento) nas operações internas;”, leia-se: “a) 40% (quarenta por cento) nas operações internas;”.

**Art. 8º** No inciso II do art. 3º do Decreto nº 8.853, de 23 de dezembro de 2003, que introduziu a Alteração nº 49 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997, onde consta a expressão “II - os itens 10 e 32 do Anexo 88, produzindo efeitos a partir: ”, leia-se: “II - os itens 10, 11 e 32 do Anexo 88:”.

**Art. 9º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 10.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, em 05 de janeiro de 2004.

**PAULO SOUTO**  
Governador

Ruy Tourinho  
Secretário de Governo

Albérico Mascarenhas  
Secretário da Fazenda